

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 2/2007

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 16 de Abril de 2007, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2006; -----

-----Ponto Três – Pedido de aprovação do Projecto de Regulamento de Utilização do Canil / Gatil; -----

-----Ponto Quatro – Alteração ao Regulamento de Venda e Instalação do Centro de Negócios; -----

-----Ponto Cinco – Pedido de autorização de contratação de um empréstimo até ao montante de € 125.000,00, destinado à aquisição de terrenos para a Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto Seis – Pedido de aprovação do projecto de Regulamento do Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres; -----

-----Ponto Sete – Pedido de aprovação do projecto de Regulamento do Funcionamento do centro Municipal de Actividade Física; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----
-----Vitor Dias da Silva; -----
-----Emmanuel José Amaral; -----
-----José Maria Chambel Esteves; -----
-----Inocêncio Rodrigues Cruz; -----
-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----
-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----João Filipe Ricardo; -----
-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----
-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----
-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; -----
-----Leonel Martins Fortunato; -----
-----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não comparecendo os senhores Deputados Municipais Michéle Guyard Miranda e Maria do Rosário Lourenço M. Correia, tendo apresentado a respectiva justificação da falta; -----

Não compareceu ainda o Senhor Deputado Benjamim Abalada Reis não tendo apresentado justificação; -----

-----De seguida tomou posse o Deputado Municipal Paulo Alexandre Mateus Passos, substituindo a Senhora Deputada Ana Rita Lopes Inácio, que pediu substituição para esta sessão da Assembleia. -----

-----Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de permanência: Rui Constantino Martins e Manuel Maria Ferreira Honório e os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

-----Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação a acta número 1 da reunião do dia 24 de Fevereiro de 2007, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Não havendo inscrições para intervenção por parte dos senhores Deputados, foi submetido à votação o projecto da acta número 1/2007 da reunião realizada a 24 de Fevereiro de 2007, sobre o qual não foram propostas rectificações, tendo sido aprovado por maioria, com 1 abstenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira e 1 voto contra do Deputado Vítor Dias da Silva. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, procedeu à leitura do expediente recebido e registado no respectivo livro de entradas, que a seguir se especifica: -----

📎 Circular nº 29/2007-CO de 2007/02/28, Associação Nacional de Municípios Portugueses – Boletim ANMP; -----

📎 Ofício de 2007/03/07 – Grupo Parlamentar Partido Social Democrata – Cópia da intervenção proferida no Plenário da assembleia da República – Interpelação do Governo sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural; -----

📎 Circular nº33/2006-MJS de 2007/03/14 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Encerramento dos Serviços de Apoio Permanente dos Centros de Saúde. Reestruturação da Rede de Urgências; -----

📎 Circular nº36/2007/PB de 2007/03/14 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Taxa de Gestão de Resíduos; -----

📎 Ofício nº2070 de 2007/03/30 – Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha – Envio de actas nº30/2006, 1, 2, 3 e 4 de 2007; -----

📎 Ofício nº8/07 de 2007/04/10 – Comissão de Trânsito da Freguesia da Atalaia – Sinais de trânsito; -----

📎 Ofício nº4422 de 2007/04/09 – Município do Cartaxo – Colóquio “a reforma do sector do vinho e as suas consequências; -----

📎 Ofício de 2007/04/04 – Partido Comunista Português – Requerimento ao Governo – Provas Globais facultativas no Ensino Básico; -----

📎 Circular nº45/2007-CO de 2007/03/30 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Boletim ANMP; -----

📎 Ofício nº2216 de 2007/04/16 – Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha – Relação de Trabalhos – Sessão da Assembleia Municipal de 27/04/2007; -----

📎 Ofício nº2217 de 2007/04/17 – Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha – Sessão da Assembleia Municipal de 27/04/2007; -----

📎 Fax/ circular nº53/2007-AG de 2007/04/20 – Associação Nacional de

Municípios Portugueses – Encerramento de serviços públicos e transferência de competências para os Municípios; -----

☞ Ofício nº2242 de 2007/04/17 – Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha – Tarifários da Piscina Municipal de Ocupação de Tempos Livres; --

☞ Ofício de 2007/04/23 – Deputada Municipal Ana Rita Lopes Inácio – Pedido de Justificação de falta e de substituição; -----

☞ Circular nº54/2007-AS de 2007/04/20 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

☞ Mail de 2007/04/15 – Deputada Municipal Michéle Guyard Miranda – Pedido de justificação de falta; -----

☞ Circular nº56/2007-FD de 2007/04/24 – Ministério da Educação e Associação Nacional de Municípios Portugueses – Campanha de Comunicação: juntos melhoramos a escola; -----

☞ Mail de 2007/04/25 – Deputada Municipal Rosário Correia – Pedido de justificação de falta; -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** na sua intervenção leu um texto sobre o 25 de Abril. – **(vide anexo 1)**-----

O Senhor Deputado **Fernando Marques Aparício** tomou da palavra para referir que a sinalização das piscinas deveria encontrar-se mais distante para permitir uma melhor orientação a quem as procure e não junto das piscinas como se encontra actualmente. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou esclarecimentos sobre a situação do problema dos acessos à moradia do Senhor Manuel António Augusto morador na Rua da Barca que se encontrava em muito mau estado. Por outro lado, salientou que na Rua da Cardiga, junto à sua moradia, também existe um acesso que se encontra bastante degradado. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou da palavra para pedir esclarecimentos sobre a situação da expropriação do prédio onde se encontra instalado actualmente o Clube Náutico de Vila Nova da Barquinha. De igual modo solicitou esclarecimentos sobre o Centro de Acolhimento de Crianças da Praia do Ribatejo, o qual tinha sido afirmado, em anterior Assembleia, que

tudo estava a correr bem e que se encontrava em fase final. Face a isto, referiu que foi com espanto que, no passado dia 11 de Abril, foi confrontado com um comunicado da Câmara na imprensa local que informa do contrário, estando a decorrer gravemente mal. Salientou que a Câmara aderiu ao projecto mas que a partir da decisão de adesão nunca mais interviu, intervindo agora com urgência e tomando uma decisão gravíssima que revela um acumular de dificuldades e problemas cuja existência seria muito remota. -----

Neste sentido, referiu que o Sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia Municipal, teria dado a entender que tudo estava bem e com abertura para breve, mas que afinal neste momento o projecto e a participação da Câmara no mesmo se encontrava em causa, tendo solicitado o esclarecimento de quais as razões fundas, próximas e remotas para esta situação. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** interviu para solicitar esclarecimentos sobre o Centro de Acolhimento da Praia do Ribatejo, tendo acrescentado que o Jornal “O Mirante”, do dia 17 de Abril, noticiava que “...a Fundação Dr. Francisco Cruz da Praia do Ribatejo manifestou na quinta feira passada estar indisponível para continuar...”, que o deixou admirado. -----

Salientou que há um ano se tinha debatido na Assembleia a questão da nova ponte Praia do Ribatejo – Constância e que até à data nada se tinha concretizado. Mencionou uma notícia no Jornal O Mirante, de 20 de Abril, sobre o mesmo assunto, em que se refere “... a decisão do Governo de não construir a referida ponte já é do conhecimento dos Presidentes de Câmara de Constância e de Vila Nova da Barquinha. Mas enquanto o socialista Vítor Pombeiro se remete ao silêncio o autarca de Constância, António Mendes, não se conforma...”. Referiu ainda que a mesma notícia referia que o Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha se tinha comprometido a fazer uma carta a expor a situação, a qual nunca teria chegado a elaborar. ----

Referiu que o portal da Câmara não tem uma única acta das reuniões de Câmara do ano 2007 e pelo que se encontra mencionado nas folhas de expediente o Senhor Presidente da Assembleia, este também apenas as recebeu até Fevereiro. Solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia que lhe fossem facultadas as actas quando as vier a receber. Em relação ao assunto das reuniões de Câmara mencionou o número de reuniões tidas, de pontos, de aprovações de actas anteriores, de aprovação de balancetes, de aprovação de subsídios, de aprovação de protocolos. -----

Por último, interrogou-se quanto à estratégia da Câmara para o número de casas que se encontram por vender nas urbanizações novas, referindo a urbanização da Barquitejo que tem cerca de 16 moradias à venda e que na zona do Cardal, Horta da Fonte e Torrinha se encontram mais de duas dúzias de moradias à venda, considerando que esta situação deveria ser analisada. --

Pelas 21h28m, compareceu na reunião o Senhor Deputado Valter Augusto Peres Caldeira. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Afirmou ter anotado o comentário do Senhor Deputado Fernando Marques Aparício acerca da sinalização das Piscinas. -----

- Em relação à situação na Rua da Barca, mais precisamente junto à moradia do Senhor Manuel António Augusto, quanto à dificuldade de acessibilidade, para viabilizar a reabilitação de umas ruínas, a única casa por reabilitar nessa rua, essa pessoa se tinha comprometido a melhorar esses acessos. Contudo, explicou que por dificuldades de registo e de licenciamento a situação teve maior demora mas que durante os meses de Maio/Junho esse assunto estaria resolvido. -----

- Relativamente à expropriação do edifício trata-se de um assunto que ainda não está resolvido, tendo sido realizado um recurso por parte do expropriado mas que já foi feito um depósito na Caixa Geral de Depósitos e que assim sendo estaria muito próximo do final. -----

- A propósito da Fundação Dr. Francisco Cruz esclareceu que informou em anterior Assembleia que existe uma Entidade Promotora, a Câmara, e que o objectivo era criar um Centro de Acolhimento Temporário (CAT). De igual modo, referiu que, de acordo com os respectivos regulamentos, existe uma Entidade Executora que trata da execução do projecto. -----

- Em relação às deliberações referiu que em 2006 foi deliberada a questão do comodato e em 2005 foi deliberado estabelecer a pareceria com a Fundação Dr. Francisco Cruz. Referiu ainda que a Câmara tomou a decisão com consciência, que as palavras que estão referidas no comunicado são aquelas que deveriam estar. Mencionou que o projecto não está em crise e que posteriormente já houve deliberações do conselho de parceiros, onde consta a Segurança Social e outras instituições, no qual a Segurança Social tem um peso importante e concordou com a decisão do conselho de parceiros, tendo

sido escolhida uma nova Entidade Executora, existindo portanto um pequeno atraso que não coloca em causa o projecto. -----

Em relação à indisponibilidade da Fundação informou que recebeu um fax da mesma após a deliberação que menciona a sua indisponibilidade para continuar a desenvolver o projecto. -----

Salientou que nessa mesma deliberação foi solicitada uma fiscalização por parte da Segurança Social que se encontra em curso e que se deverá aguardar o seu resultado. -----

Relativamente à Ponte da Praia do Ribatejo – Constância informou que quando da inauguração do troço do IC3, entre Tomar e a Atalaia, com a presença do Secretário de Estado da Obras Públicas, foi dado um passo importante quando a Administração Central, por via do Instituto de Estradas de Portugal, decidiu promover um concurso público de âmbito internacional para a execução do projecto de reabilitação da ponte. Mencionou que isto seria um sinal de que, ao contrário do que alguns responsáveis governativos afirmavam ser um assunto municipal, a partir do momento em que as Estradas de Portugal decidiram promover este concurso a responsabilidade deixou de ser apenas municipal. Por último referiu ser prioridade do Município a realização desta reabilitação. -----

Em relação ao Portal da Câmara Municipal, informou que em breve será remodelado no âmbito do Médio Tejo Digital, e que o actual não satisfaz devido a muitas dificuldades de actualização dos conteúdos, encontrando-se em formação dois funcionários da Câmara Municipal para passarem a introduzir os conteúdos sem necessidade de recorrer a informáticos ou a empresas. -----

- Anotou a intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira em relação às actas da Câmara Municipal. -----

- Por último, no que se refere às moradias, informou que em 2 ou 3 anos os alunos do 1º ciclo no concelho aumentaram em percentagens acima dos 20%, o que demonstra que temos uma população jovem, ao contrário do que acontece em algumas autarquias em que o número de alunos se encontra a diminuir e informou que ele próprio ria dentro de dias colocar a sua moradia à venda visto também ter mudado de residência. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual o valor em causa na expropriação do edifício onde se encontra actualmente instalado o Clube Náutico. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu o Senhor Deputado que o valor da expropriação será de cerca de € 60.000. -----

Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados uma proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público que foi aprovada por unanimidade, tendo-se inscrito os seguintes Municípios: -----

O Senhor **Cláudio Rodrigues**, proprietário de um café na Freguesia da Praia do Ribatejo, informou que nas traseiras do seu estabelecimento existe uma loja que comercializa botijas de gás que segundo o fiscal da Câmara estaria ilegal, nada tendo sido feito para proceder à sua retirada. Referiu um outro estabelecimento cuja abertura foi feita com muita rapidez e que tem dúvidas quanto à legalidade do seu licenciamento e funcionamento e que se encontram a praticar preços abaixo daqueles a que os outros estabelecimentos compram o seu material. Além disso, informou que se trata de uma loja que ao mesmo tempo funciona como snack-bar com uma divisória falsa. Mencionou ainda que existe uma loja de roupa que não tem qualquer tipo de licenciamento à vista, nem horário de funcionamento e nem regista as vendas que realiza, a qual a fiscalização não tem conhecimento da sua existência. -----

O Senhor **Emanuel Marques** interviu para se pronunciar acerca do cheiro nauseabundo existente em Vila Nova da Barquinha, mais propriamente ao pé dos Prédios da Misericórdia, provocado por uma suinicultura. Referiu que sendo pretensão da suinicultura intensificar a sua actividade e não existindo uma ETAR ou escoamento de águas residuais interroga-se se os municípios que habitam nestas zonas terão de continuar a suportar estes cheiros? -----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Municípios: -----

- Em relação à intervenção do Senhor Cláudio Rodrigues informou que conhece a situação e que este se encontra na fiscalização mas que ainda não tem resposta. Relativamente aos preços que praticam informou que não se trata de assunto da competência da Câmara, mas que o facto da mercearia servir de snack-bar ao mesmo tempo é da sua competência e por isso também se encontra na fiscalização. -----

- Relativamente à intervenção do Senhor Emanuel Marques referiu que os cheiros se devem ao facto de uma suinicultura que existe desde 1991/1992 e que, apesar da distância dos núcleos urbanos da Moita do Norte e de Vila Nova da Barquinha, o cheiro torna-se muito intenso. Informou que por

diversas vezes foi chamada a Brigada do Ambiente e solicitou várias inspecções mas que não conseguiram muito mais do que uma contra ordenação. Referiu que o projecto inicial foi concebido para uma lotação de 3.200 porcos e que neste momento ali se encontram metade deste número. Mencionou que a Câmara pretende que o número de porcos diminua e que tudo fará para que essa intensificação não aconteça. Informou que se encontra a decorrer um inquérito público relativamente ao licenciamento ambiental na CCDR e que solicitou à médica veterinária, Dr^a Ana Neves, que se deslocasse a esta Entidade para analisar o processo desta pecuária, que se encontra em consulta pública até ao dia 12/14 de Maio, sobre o qual a Câmara irá pronunciar-se e fundamentar na sua exposição que não deverá ocorrer um aumento da sua capacidade de exploração. -----
Referiu que as cartas individuais e abaixo assinados que chegarem à Câmara irão acompanhar a exposição que a Câmara pretende efectuar no âmbito do inquérito público. -----

----- Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 2)** -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

Antes do período de intervenção dos Senhores Deputados o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que era indispensável a leitura da Informação Escrita visto que todos eram possuidores da mesma e que assim não se perderia muito tempo com a sua leitura. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou esclarecimento sobre os seguintes assuntos: -----

- Qual a verba gasta com a promoção das 7 maravilhas de Portugal, na divulgação do Castelo de Almourol; -----
- O porquê de ser a Escola Básica de Vila Nova da Barquinha a escolhida para o projecto informático; -----
- Em relação ao Centro de Negócios o porquê do discurso ser sempre “...nesta 1ª fase...”; -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** interveio para solicitar que a Informação Escrita seja lida, tal como ficou acordado em anterior Assembleia, uma vez que se encontra público na sessão. -----

Sendo assim o senhor Presidente da Câmara passou à leitura da Informação Escrita. -----

O Senhor Deputado **Nuno Gameiro** felicitou a Câmara pelo sítio do Castelo de Almourol e congratulou-se pelo facto de estarmos entre os 10 mais votados. Apelou para que todos os presentes façam divulgação do Castelo de Almourol e salientou que o facto do Castelo de Almourol fazer parte das 7 maravilhas veio trazer muito orgulho aos habitantes do concelho de Vila Nova da Barquinha, assim como, o Parque Ribeirinho, o Aquagym e o arranque do Centro de Negócios; -----

- Solicitou informação sobre a razão pela qual o projecto informático se realizou na escola Básica de Vila Nova da Barquinha e não noutra escola do concelho, considerando que em determinadas matérias, na sua opinião, deveria haver descentralização, a título de exemplo, a cultura e as escolas; ----

O Senhor Deputado **Valter Caldeira** solicitou esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: -----

- Quais os custos com a divulgação do Castelo de Almourol, visto que a partir do dia 7 de Maio irão ser distribuídos meios de publicidade pelo grupo “Control Invest”; -----

- Quais os custos para a Câmara, com a empresa de segurança que presta serviço no Centro de Negócios; -----

- O motivo pelo qual a Escola Básica de Vila Nova da Barquinha foi escolhida para o projecto informático; -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** mencionou que em anterior Assembleia tinha solicitado o orçamento das actividades de divulgação do Castelo da Almourol mencionadas na informação e que o Senhor Presidente tinha respondido que a divulgação era feita pelos serviços da Câmara e que o único encargo seria com os postais, com o site e com a criação de um vídeo promocional. Neste sentido, referiu que, face à diversidade de actividades mencionadas na Informação Escrita, certamente não ficará apenas pela execução dos Serviços da Câmara. Referiu não ser contra pois o Castelo de Almourol merece que se faça isso e muito mais, para que a Barquinha tire efeito desse monumento. Mencionou que quando foi vereador da Câmara Municipal propôs que se solicitasse ao Ministério da Cultura ou à Entidade

que na altura tutelava esta iniciativa que fosse feita uma candidatura do Castelo de Almourol a Património Mundial. Solicitou que depois da votação, seja qual for a posição que o Castelo de Almourol ocupar, que a Câmara continue a divulgação do Castelo de Almourol. -----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados: -----

- Em relação ao Castelo de Almourol informou que se a Câmara tivesse que pagar ¼ da promoção que ao Castelo de Almourol foi proporcionada por esta iniciativa não chegariam algumas centenas de milhares de euros. Referiu que se trata de uma iniciativa excelente que, numa altura em que se fazem concursos por motivos tão fúteis, coloca o património na discussão popular e motiva as pessoas a discutirem e a visitarem os monumentos. Referiu que têm decorrido inúmeras visitas ao Castelo de Almourol e que em alguns dias não foi possível transportar todas as pessoas. Salientou que se trata de uma oportunidade única que oferece ao Castelo de Almourol uma visibilidade única e extraordinária. Referiu que os custos mais importantes foram a criação do sítio oficial do Castelo de Almourol, onde se privilegiou o vídeo e áudio, realizado em parceria com a “Controle Invest”. Informou que a Região de Turismo do Ribatejo concederá um apoio, na ordem dos € 5.000, que vai pagar uma parte dos custos totais que se estima em cerca € 15.000. Mencionou que a Câmara teve anteriormente o custo de utilizar o stand promocional do Centro de Negócios para fazer a divulgação do Castelo de Almourol. -----

- A propósito da Escola de Vila Nova da Barquinha referiu que há mais de um ano que foi realizado o convite para o projecto informático, em Assembleia de Escola, juntamente com o Agrupamento. Além disso, explicou que a escolha da escola de Vila Nova da Barquinha foi efectuada pelo Agrupamento de Escolas pelo facto de ali existirem professores com maior apetência para as novas tecnologias. Além disso, informou que, até final do ano, iriam monitorizar esta experiência e daí tirar conclusões, visto tratar-se de um processo de aprendizagem, inclusivamente os professores, inerente a um processo educativo concelhio com uma nova dinâmica em torno do 1º Ciclo, definindo o objectivo que será posteriormente transmitido às restantes escolas do concelho. -----

- Relativamente ao Centro de Negócios informou que existem empresas a montar estaleiro, outras licenciadas e a construir. Salientou que a Câmara se encontra a concretizar um projecto com características diferentes de uma zona

industrial. Mencionou que as empresas que estão a construir são aquelas que já tinham sido aprovadas há cerca de dois anos, pretendendo levar à reunião de Câmara do mês de Maio mais duas propostas de empresas interessadas. Disse que a Câmara não pretende dedicar-se ao negócio de venda de terrenos, mas sim conseguir uma área de localização empresarial qualificada e com elementos referenciadores relativamente às Zonas Industriais da zona. -----

- Em relação à empresa de segurança informou que, nesta fase, a Câmara encontra-se a assumir os seus custos apenas enquanto a constituição da Sociedade Gestora não tiver sido formalizada. Informou que esta empresa está a fazer a vigia nos períodos nocturnos com passagem pelos estaleiros das respectivas empresas. -----

Depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados para exporem o seguinte: --

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que, ligando a questão da promoção do Castelo de Almourol com a questão do projecto de informática, a diferença de custos entre os dois situa-se em cerca de € 5.000 que permitiriam comprar outros 12 computadores e que, logo, espera que no próximo ano esta iniciativa seja estendida a outras escolas. -----

O Senhor Deputado **José Chambel** tomou da palavra para apresentar uma proposta à mesa da Assembleia. - **(vide anexo 3)** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** expôs a proposta aos Senhores Deputados e foi aprovada a sua admissão por unanimidade. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para informar que os encargos com as reuniões da Assembleia Municipal não são suportados pela Câmara Municipal mas sim pelo Município, explicando que a Câmara Municipal não é o dono do Município e que existem verbas próprias afectas a esse fim. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados a fim de poderem discutir a proposta. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou da palavra para informar que nunca ninguém levantou problemas acerca do prolongamento da sessão após as 24 horas. Referiu que cada pessoa tem a sua vida particular que tem que ser respeitada e que os membros da Assembleia Municipal não são como os profissionais da Câmara que, teoricamente, se encontram ao serviço do município 24 horas por dia. Referiu que nada tem a opor a que as reuniões se prolonguem para além das 24 horas com quem puder estar presente se o

motivo e o ponto da ordem de trabalhos o justificar. Em relação aos encargos afirmou que na sua opinião a proposta é ilegal. -----

O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** referiu que não vê inconveniente no prolongamento das reuniões mas que quanto ao prescindir dos encargos pensa que a proposta efectuada é ilegal. -----

O Senhor Deputado **Valter Caldeira** referiu que todos os membros já tinham chegado a um acordo quanto ao dia de realização da Assembleia, bem como quanto à possibilidade de prolongamento da reunião para além das 24 horas de modo a permitir a conclusão da ordem de trabalhos. Assim, não vê a razão de ser da presente proposta e considera que se o prolongamento das sessões continuar a ser objecto de discussão terá que se realizar uma sessão extraordinária para discussão dos prolongamentos. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que não votou contra a admissão da proposta por uma questão de delicadeza uma vez que a considera extemporânea e que a mesa poderia ter analisado a proposta e colocado à discussão às 24 horas. Salientou que não lhe fazia diferença o prolongamento da hora porque solicitou que as sessões da Assembleia Municipal passassem para as sextas-feiras. Informou que o dinheiro das senhas de presença não lhe faz diferença até porque o entrega à CDU. -----

O Senhor Deputado **Nuno Gameiro** referiu que é por estas razões que as pessoas se afastam da política e das Assembleias. Reforçou que se trata de um péssimo exemplo de como não se deve fazer política. Salientou que o importante é discutir os problemas, ajudar, colaborar e andar com as coisas para a frente e não discutir a hora de terminar as sessões. Referiu que, em nome do grupo, que os representantes do Partido Socialista estão determinados e sempre disponíveis para resolver os problemas e concluir todos os pontos da ordem de trabalhos independentemente do horário. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que aprovou a admissão por uma questão de delicadeza e propôs que esta questão fosse estudada e tratada na Comissão Permanente e que fossem propostas as correspondentes alterações ao Regimento, não sendo esta a hora nem o local para se discutir este assunto. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** tomou da palavra para informar que os Senhores Deputados são livres de apresentar moções e propostas à mesa. Referiu que a mesa não pode fazer selecção ou a censura ao

que lhe é presente, tendo a competência e obrigação de colocar as propostas à votação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de baixar à Comissão Permanente a problemática da duração das reuniões com a finalidade do seu estudo e proposta de alterações ao regimento da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro do PS. ---

----- Ponto Dois – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2006. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** explicou aos Senhores Deputados que autorizou a alteração aos documentos em conformidade com a justificação da Câmara Municipal, porque não afecta os documentos de prestação de contas visto tratar-se de um erro informático que provocou a duplicação dos valores nos elementos de cálculo da capacidade de endividamento apresentados num dos mapas anexos. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou da palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

No seguimento da conversa do Senhor Presidente Assembleia, referiu que a alteração deveu-se a um valor na contabilidade patrimonial que não estava coerente. -----

Referiu alguns elementos importantes nesta Conta de Gerência, sendo de relevar os seguintes: -----

- Salientou o facto de, numa altura em que se fala do défice, a evolução positiva registou na dívida do município, tendo passado de € 5,6 milhões do total da dívida, no conjunto de encargos a longo prazo e a fornecedores, para € 4.6 milhões o que representa uma redução significativa de € 1 milhão. Neste contexto, realçou a descida superior a 50% nos encargos assumidos e não pagos enquanto a dívida consolidada de longo prazo apenas cresceu € 300 mil. Referiu que, no ano de 2006, aumentou o grau de cobertura das despesas correntes em resultado da redução do peso da rubrica de pessoal nas despesas correntes e apesar do contexto de forte subida dos encargos obrigatórios. Salientou que no mês de Abril a Câmara pagou mais 50% de custos com a Caixa Geral de Aposentações, enquanto Entidade Patronal, relativamente ao que a Câmara pagava há dois anos atrás. -----

Em relação ao investimento afirmou que foi assumido que, face à estratégia definida para os Fundos Comunitários e à localização do Município na Região

de Lisboa e Vale do Tejo em “fasing – out” sem acesso a fundos comunitários a partir de 2005, o município teria um pico de investimento em 2004 e uma descida no investimento a partir de 2005, notória em 2006 e que continuará até 2007. Contudo, relevou que a partir de 2008, em função do QREN, iria ocorrer um retomar do crescimento do investimento, frisando que o investimento líquido, ou seja, o esforço da autarquia em termos de investimento, continuou a subir e foi superior ao verificado em 2004 e representa o quádruplo do valor referente ao ano de 2003. -----

---- De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que no próprio dia da reunião da Assembleia Municipal foram entregues documentos adicionais referentes a vários pontos da Agenda de Trabalhos e que a Câmara demora o tempo que quer e de repente vem à sessão da Assembleia e quer tudo aprovado nesse momento, todos os 7 pontos. -----

Considera que compete ao Sr. Presidente e à Mesa da Assembleia evitar que isto aconteça e afirmou que o prolongamento da reunião é sempre complicado, apesar de, da sua parte, não ter qualquer problema com a hora de término da reunião e que a senha de presença não o preocupa, lamentando contudo que sejam feitas propostas como a que foi anteriormente apresentada. -----

Neste sentido, referiu que, mais uma vez, o relatório tinha melhor relativamente aos de anos transactos e referiu que pela primeira vez reflectiu uma preocupação com a parte económica/ financeira. Referiu que concorda com o Sr. Presidente da Câmara quanto à diminuição da dívida que se deve ao facto de não terem sido realizadas as obras que estavam estabelecidas. -----

Salientou que no documento de prestação de contas não existe uma única palavra sobre o Progride. -----

No que respeita às receitas, interrogou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se o IMI tinha subido ou descido, afirmando que os impostos directos subiram cerca de € 230 mil tendo acrescentando ainda que as despesas correntes aumentaram € 300 mil, constatando-se que quanto mais aumentam as receitas mais aumentam as despesas. -----

Do mesmo modo referiu que longe vão os tempos em que se dizia que o concelho estava em evolução constatando-se que o número de licenças emitidas este ano se reduziram de 94 para 82, relativamente ao ano anterior, que foi um ano mau, e as de utilização de 59 para 53. -----

Ainda salientou pela positiva o facto do relatório referir a Comissão de Protecção de Menores. -----

Por outro lado, referiu que quando era vereador na Câmara, acerca de dois anos, propôs que seria vantajoso que as contas fossem auditadas tendo sido com satisfação que assistiu à declaração do Sr. Presidente da Câmara de que iria esforçar-se para que as contas fossem auditadas, sendo agora visível que deveriam ter sido auditadas face ao rigor orçamental de 60% que apresentam. Por último referiu que para a Divisão Municipal de Obras o ano apenas tem 10 meses, visto o reporte da sua actividade não referir os meses de Maio e de Setembro. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** tomou da palavra para informar que a nova Lei da Finanças Locais impõe a nomeação de um Revisor Oficial de Contas (ROC), que já deveria ter vindo a esta Assembleia para ser aprovado, mas que se está a tratar do assunto. -----

O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** felicitou os técnicos da Câmara que elaboram o documento, que está cada vez mais completo, com mais informação para que possa haver uma melhor interpretação dos dados e ter uma melhor visão da actividade da Câmara. -----

Relativamente às limitações financeiras que o Município enfrenta, referiu ser natural que se denote uma baixa no investimento em relação ao ano transacto, mas salientou positivamente o facto do investimento do Município ter aumentado denotando um esforço sustentado e coerente em relação ao investimento. -----

Referiu como aspecto positivo as receitas correntes que foram mais uma vez superiores as despesas correntes, apesar das novas infra-estruturas que foram colocadas à disposição da população. Informou que os encargos assumidos e não pagos apresentam o valor mais baixo dos últimos anos e tendo em conta a evolução favorável da dívida, o saldo das receitas e despesas apresenta um valor positivo. Por último informou que o seu parecer é favorável a este documento. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** congratulou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira pelo facto de ter estudado o documento. -----

Referiu o facto que por vezes o Partido Socialista interpreta que os Deputados do PSD e da CDU estão contra os documentos apresentados pela Câmara, referindo que apenas estão presentes na Assembleia para manifestar a sua opinião e assumir o seu papel de oposição a esta Câmara. -----

Comentou que a despesa corrente anda à “deriva” pois quanto mais aumentam os impostos mais a despesa do Município cresce e se a receita corrente aumentar deveria reverter para o investimento do Município e não para a despesa, devendo existir alguma contenção nas decisões de despesa. ---

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu o Senhor Deputado para expor que a Lei da Finanças Locais foi alterada e que muitas das despesas que anteriormente eram classificadas como despesas de capital, são actualmente classificadas como despesas correntes. Referiu que o senhor deputado não pode ter essa leitura tão linear. -----

Tomando a palavra o Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que segundo intervenções que referem que as despesas com pessoal diminuíram, contrapôs dizendo que de 2003 para 2006 as despesas com pessoal além do quadro subiram 90%. -----

Relativamente ao esforço que a Câmara fez para diminuir o endividamento mencionou que concorda visto que se a Câmara não realiza investimento deve pagar a quem deve, mas que ainda assim o valor da dívida é ainda significativo, de cerca de 1 milhão de contos. Referiu o endividamento de despesas assumidas e não pagas como aquelas que a Câmara não consegue financiar através dos empréstimos à Caixa Geral de Depósitos e que se serve dos empréstimos para financiar a sua quota-parte na intervenção do empreendimento que não é financiado pelos fundos. Mencionou que muitas Câmaras são culpadas pela crise que o nosso país atravessa, designadamente, pelas dívidas aos pequenos empresários, aos pequenos comerciantes e aos pequenos empreiteiros que fazem as suas obras e não recebem em tempo oportuno. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu as limitações financeiras que levam ao facto de não haver investimento, sendo favorável a evolução da dívida. -----

Por outro lado, afirmou que, encontrando-se a Câmara a meio do mandato, tudo se prepara para o aparecimento do novo QREN e que, naturalmente, o ciclo eleitoral começará no ano 2008, tendo assim esperanças que no ano seguinte se verifiquem melhorias e que o investimento ainda será maior. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que o endividamento poderia ser resolvido com $\frac{1}{4}$ das receitas de um ano, ou seja, a situação não se apresenta tão grave como a oposição tenta transmitir. -----

De seguida foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente para dar esclarecimentos aos Senhores Deputados: -----

Começou por referir que tinha pena que o senhor Vítor Dias da Silva se tivesse ausentado por momentos da Sessão para esclarecer que, em relação ao IMI, os elementos que foram referidos na execução orçamental do ano de 2006 verificará que não se registou uma subida do IMI mas sim da Contribuição Autárquica. Referiu que a Câmara recebeu 200 mil euros de Contribuição Autárquica do ano de 2002/2003 que se encontravam em litígio e que foi agora recebido, informando que não respeita a IMI mas sim a Contribuição Autárquica. -----

Em relação aos documentos entregues no dia da sessão para complementar a informação já enviada, interrogando os Senhores Deputados caso fosse apresentada uma proposta de alteração se não a poderiam apreciar para depois decidir. Referiu que apresentar uma proposta sobre um ponto incluído na ordem de trabalhos e agendado para análise é diferente de apresentar um ponto que não estava previsto na ordem de trabalho. Informou que foi detectado um erro meramente no âmbito da contabilidade patrimonial, tendo sido efectuada apenas uma pequena alteração devida a um erro informático. --

Relativamente à questão de auditar as contas informou que em Junho irá propor à Assembleia a nomeação do Revisor Oficial de Contas (ROC), a qual é obrigatória a partir do momento em que seja criada uma empresa municipal como a que foi aprovada na última Assembleia Municipal. Em relação à despesa corrente interrogou o Senhor Deputado no sentido de saber como é que a receita corrente pode estar descontrolada quando se apresentam contas nas quais a despesa corrente se encontra coberta em quase 107% por receita corrente e em que, pela primeira vez, se canaliza para investimento um valor superior a € 400 mil de poupança na receita corrente. Além disso, perguntou quantas vezes seria necessário explicar que, as refeições das escolas do 1º ciclo, o inglês dado aos alunos do 1º ciclo, a ginástica desde o pré-primário até ao 1º ciclo, o apoio social escolar, entre outras, são despesas correntes. Por outro lado, afirmou que a Câmara pretende aumentar as receitas correntes a serem canalizadas para investimento, como fizeram com a receita extraordinária de € 200 mil de Contribuição Autárquica obtida no presente ano e que não compreende como é que com a poupança realizada se pode fundamentar um descontrolo da despesa. -----

Face ao anteriormente exposto, não pôde deixar de sublinhar a evolução claramente positiva da dívida, o atingir do maior valor de poupança corrente, o facto da rubrica de pessoal ter diminuído em termos relativos, considerando ainda que não se podem comparar valores absolutos e que as comparações têm de ser sempre realizadas em termos relativos. Referiu que o ano de 2007 foi o terceiro ano consecutivo em que a Câmara recebeu menos dinheiro em termos reais e não podemos comparar valores nominais quando existe inflação, tendo que se comparar sempre em termos relativos. -----

De seguida foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira para contrapor a intervenção do Senhor Presidente da Câmara: ---

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que em relação às contas cada um faz o jogo que quer e que apenas comparou os seguintes valores dos anos de 2005 e 2006, obtendo-se o seguinte resultado: -----

- o total de dívida a terceiros passou de € 7.113.697 em 2005 para um valor de € 6.449.926 em 2006. -----

- os impostos directos foram de € 549.876 em 2005 e de € 776.177 em 2006; -

- o Imposto Municipal sobre Imóveis foi de € 226.063,42 em 2005 e de € 268.691 em 2006; -----

- o Imposto Municipal sobre Veículos cifrou-se em € 77.821 em 2005 e € 85.442 em 2006. -----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para expor o seguinte:

Em alguns casos os aumentos representam pouco mais que a inflação e que se retirar os € 200 mil que correspondem à Contribuição Autárquica verificará que os valores não subiram. -----

----- Tendo sido submetido o Ponto nº 2 à votação registou-se o parecer favorável dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2006, por maioria, com 3 votos contra dos Senhores Deputados do PSD, Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva e Valter Caldeira e com 14 votos a favor do PS e da CDU. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Três – Pedido de aprovação do projecto de Regulamento de Utilização do Canil / Gatil. -----

O Senhor Presidente tomou da palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que se trata de um projecto de Regulamento que se encontra em aprovação pelas Câmaras que fazem parte do projecto intermunicipal, acrescentando que se prevê que o Canil /Gatil comece a funcionar no dia 18 de Maio. Mencionou tratar-se de um regulamento elaborado por técnicos veterinários, apelando ao bom senso dos senhores Deputados, visto que qualquer alteração realizada neste momento iria gerar procedimentos complexos. -----

Após a inscrição o Senhor Deputado Carlos Timóteo realizou a seguinte intervenção: -----

- Mencionou que não deveria tratar-se apenas da questão da recolha e de higiene mas sim tratar a questão em termos dos direitos que os humanos têm para com os animais e de criar de condições para evitar situações, tendo sugerido que, visto que vão ser criadas instalações de raiz, fossem criados hotéis para os animais, para que existam locais onde as pessoas possam deixar os animais durante os períodos de ausência. -----

----- Tendo sido submetido o Ponto nº 3 à votação registou-se a aprovação do projecto de Regulamento de Utilização do Canil / Gatil, por unanimidade. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Quatro – Alteração ao Regulamento de Venda e Instalação do Centro de Negócios. -----

O Senhor Presidente tomou da palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

Mencionou que a proposta de alteração tem a ver com uma realidade que o regulamento anteriormente aprovado não previa e com a qual se torna incompatível. Este facto tem a ver com o facto de ao nível empresarial se adoptar como solução para aquisição o leasing imobiliário, o qual apresenta vantagens, quer fiscais, quer em termos da dívida por parte do promotor. Comunicou ainda que já surgiu uma escritura em concreto em que a proposta de financiamento foi o leasing imobiliário e que se perspectiva que esta possa surgir noutras situações de investimento. Informou que o leasing imobiliário se caracteriza pela venda à Entidade bancária e não a quem promove o investimento, transmitindo-se a propriedade com a última prestação. Salientou que, existindo um direito de preferência, a entidade que promove o leasing não podia transmitir essa propriedade para o promotor. Informou que

o que o regulamento passa a prever a possibilidade da Câmara poder abdicar deste direito de preferência. -----

----- Não havendo inscrições por parte dos Senhores Deputados, foi submetido o Ponto nº 4 à votação registou-se a aprovação do Regulamento de Venda e Instalação do Centro de Negócios, por maioria, com 5 abstenções dos Senhores Deputados do PSD, Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva e Valter Caldeira e do PS os Senhores Deputados Nuno Gameiro e Inocêncio Cruz e com 12 votos a favor do PS, PSD e CDU. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Neste momento o Senhor Deputado **Nuno Gameiro** pediu a palavra para justificar que a sua abstenção se deve ao facto de ter participado no projecto do Centro de Negócios. -----

----- Ponto Cinco – Pedido de autorização de contratação de um empréstimo até ao montante de € 125.000,00, destinado à aquisição de terrenos para a Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha. -----

O Senhor Presidente tomou da palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

A propósito deste assunto referiu que este assunto se enquadra no facto da autarquia ter a intenção e estar previsto no Plano de Actividades adquirir a totalidade dos terrenos que estão a norte do Centro de Negócios até ao limite do concelho de Tomar. Mencionou que se tratam de terrenos que são ainda espaço florestal com um grande potencial de valorização cujo uso poderá ser alterado em sede de revisão do Plano Director Municipal, manifestando ser essa a intenção da Autarquia. Neste sentido, informou que se tratam de terrenos para investir a partir do ano 2010 ou de 2015, mas que tendo em conta a sua localização e o facto de estarmos no limite do prazo do protocolo com a Castro e Melo em que o valor está predefinido a Câmara pretende realizar a sua aquisição. -----

Referiu que o valor global de investimento nestes vários terrenos é de aproximadamente de € 300 mil e que se acrescentarmos o esforço que a autarquia tem feito na aquisição de outros terrenos e de imóveis degradados, exemplificando com a realização, no dia 27 de Abril, da escritura definitiva de um hectare junto ao campo de futebol de Vila Nova da Barquinha, a aquisição da casa junto ao edifício onde se encontra a sala da Assembleia e de alguns imóveis do Senhor Pombo Duarte no âmbito do Prohabita, tendo afirmando

que face a todas estas aquisições a Câmara tem necessidade de recorrer parcialmente ao financiamento bancário. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para esclarecer que o documento entregue no início da sessão respeita a uma rectificação devido a um problema informático. Informou que apenas foi alterado o valor da dívida e como podem verificar o índice de endividamento da Câmara é baixo. -----

Após a inscrição o Senhor Deputado João Filipe Ricardo realizou a seguinte intervenção: -----

Relativamente a este assunto, afirmou que seria de todo o interesse que as propostas de cada banco sobre o empréstimo fossem fornecidas anteriormente e não comunicadas pelo Senhor Presidente na sua intervenção, pelo que deveria explicar-se a razão da opção da Câmara por determinada proposta. Por último, referiu que até poderá ser um negócio proveitoso para a Câmara. -----

----- Não havendo mais inscrições por parte dos Senhores Deputados, foi submetido o Ponto nº 5 à votação registou-se a aprovação da autorização de contratação de um empréstimo até ao montante de € 125.000,00, destinado à aquisição de terrenos para a Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha por maioria, com 3 abstenções dos Senhores Deputados do PSD, Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva e Valter Caldeira e com 14 votos a favor dos Senhores Deputados da CDU e PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Seis – Pedido de aprovação do projecto de Regulamento do Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres. -----

O Senhor Presidente tomou da palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

A este respeito, mencionou que em vez de existirem normas avulsas sentiram a necessidade de regulamentar a questão dos Tempos Livres, sendo estas as linhas básicas que definem o programa, cabendo à Câmara ir concretizando caso a caso as respectivas iniciativas. -----

---- De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** congratulou a Câmara pelo Regulamento para a Ocupação de Tempos Livres, visto que já ocorreram situações duvidosas das quais os jovens se queixam. Salientou que se trata de um passo em frente da Câmara, questionando se as Juntas de Freguesia

também são possuidoras de Regulamentos deste género tendo sugerido que seria benéfico a sua adopção pelas mesmas. -----

O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** de igual modo congratulou a Câmara pelo Regulamento, que se apresenta muito simples, conciso e claro, que poderá não estar perfeito mas que ao longo do tempo se irão realizando as devidas alterações. Referiu que para este ano este projecto de regulamento estaria um pouco apertado já que as candidaturas são feitas na 1ª quinzena de Maio e só agora irá ser aprovado. Salientou que o artigo 7 – critérios de apreciação dos projectos – deveria prever uma composição de um júri e não da Câmara enquanto órgão. Referiu que na sua opinião os proponentes dos projectos não se encontram bem tipificados, interrogando-se se tanto poderia ser um jovem como uma instituição. Referiu que as fichas de inscrição estão muito completas, algumas até demasiado, especialmente na fase dos irmãos. Por último mencionou que a bolsa de jovens é importante para a base de dados. -----

----- Tendo sido submetido o Ponto nº 6 à votação registou-se a aprovação do projecto do Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres, por unanimidade. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Sete – Pedido de aprovação do projecto de Regulamento do Funcionamento do Centro Municipal de Actividade Física. -----

O Senhor Presidente tomou da palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

A propósito deste assunto referiu que, nos termos do Decreto-lei nº 385/99, era obrigatório a apresentação de um atestado médico e com a alteração da Lei deixou de ser obrigatório a apresentação deste atestado. O resto do regulamento corresponde a um meio jurídico adequado a regular um equipamento onde se torna necessário estabelecer normas. -----

---- De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** felicitou a Câmara pelo espaço que considera uma mais valia para a prática desportiva no concelho. Referiu que os preços poderiam estar mais adaptados à realidade social e económica das pessoas, principalmente aos residentes do concelho, porque existe um grande número de pessoas que não são do concelho que estão a usufruir dos

equipamentos, pois são estas diferenças que tornam um concelho mais atractivo. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que sempre foi favorável à existência de regulamentos, nunca tendo votado contra qualquer regulamento que tenha sido apresentado. Congratulou a Chefe de Divisão pelo trabalho notório na realização das propostas, das informações, dos regulamentos. De igual modo, felicitou a Câmara pela inauguração da Piscina. -----

De seguida foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente para dar esclarecimentos aos Senhores Deputados: -----

Em relação aos preços praticados referiu que a receita se destina à manutenção dos equipamentos, que têm custos significativos. Mencionou que o espaço se encontra a ser gerido por uma empresa especializada na área. Por outro lado, referiu que, comparativamente à média dos preços praticados na zona por outros ginásios, o Aquagym se encontra abaixo em cerca de 30 a 40%. Em relação à piscina e em função da sua qualidade os utentes podem ser distribuídos pela Piscina Tejo e pela Piscina Zêzere o que permite uma gestão mais eficiente e aumentar os níveis de qualidade. -----

Em relação à felicitação dada à Dr. Ana Leal informou que no âmbito da organização municipal a DMAF tem uma função instrumental que serve todas as divisões e, portanto, quando se determina alguma acção a DMAF exerce essa função. -----

De seguida foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Carlos Timóteo que expôs o seguinte: -----

Em relação às energias renováveis e considerando que nos encontramos no início do QREN afirmou que existe uma piscina na zona que utiliza painéis solares, que permite uma poupança de cerca de 3.000 litros cúbicos de gás por ano, considerando os técnicos do equipamento que o investimento é recuperável em 4 anos. -----

----- Não havendo mais inscrições por parte dos Senhores Deputados, foi submetido o Ponto nº 7 à votação registou-se a aprovação do projecto de Regulamento do Funcionamento do Centro Municipal de Actividade Física, por unanimidade. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

De seguida foi dada a palavra as Senhores Deputados para exporem o seguinte: -----

O Senhor Deputado **José Chambel** agradeceu a delicadeza de alguns Deputados acerca da proposta apresentada, lamentando, contudo, a maneira como alguns Deputados reagiram à mesma. Por último referiu que esta proposta foi fruto do último parágrafo, da página 5, da acta anterior. -----

O Senhor Deputado **Manuel Cardoso** mencionou que no fim-de-semana de 21 e 22 de Abril visitaram o Castelo de Almourol 834 pessoas e que estão inscritos, com viagens marcadas, 120 autocarros. Referiu que foi solicitado às Câmaras Municipais do país para que fizessem divulgação junto das Juntas de Freguesia e das Escolas. Referiu que as 7 maravilhas estão a trazer muitas pessoas a visitarem o Castelo de Almourol. -----

Não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão.-----

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários. ---

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

Anexo nº1 Texto sobre o 25 de Abril apresentado pelos Senhores Deputados da CDU.

Anexo nº2 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.

\Anexo nº3 Proposta sobre o prolongamento das Sessões depois das 24 horas, apresentada pelo Deputado do PS, José Chambel.